



TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Nível
MÉDIO**PROVA****GRAN**

**Lembre-se de marcar
o modelo acima na
folha de respostas!**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

■ Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, composta por questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

■ Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●

Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

■ Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

■ Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no dia posterior à aplicação da prova no site do Instituto AOCP no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.

– **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**

marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.

Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.

– **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**

marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.

- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2507236809M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Publico do Rio Grande do Sul
MP RS

CARGO:

Técnico do Ministério Público

MODELO/BANCA:

AOCP

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**MP RS - 2º SIMULADO - CARGO 414 -
TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(PÓS-EDITAL)****Informática**
Washington Almeida**1**

Mesmo com a adoção de autenticação em dois fatores (2FA), diversas contas continuam sendo comprometidas em golpes na internet. Isso ocorre porque, embora a camada adicional de segurança seja robusta, os atacantes adaptam suas táticas.

Qual das situações abaixo representa um risco que pode comprometer até mesmo um sistema com 2FA ativado?

- (A) Falhas de hardware no servidor de autenticação.
- (B) Adoção de senhas fortes e periódicas.
- (C) Recebimento de e-mails com links falsos solicitando o token de autenticação.
- (D) Utilização de antivírus com base de dados desatualizada.
- (E) Backup automático de dados em nuvem criptografada.

2

Uma organização utiliza o OneDrive para compartilhamento de documentos entre setores. Contudo, erros na configuração de permissões podem causar graves problemas.

Qual das situações abaixo representa um risco de exposição indevida ao usar compartilhamento em nuvem?

- (A) Criação de subpastas com criptografia assimétrica.
- (B) Configuração de link de compartilhamento com permissão de "qualquer pessoa com o link pode editar".
- (C) Restrição de edição por grupos com autenticação multifator.
- (D) Sincronização local de arquivos com política de DLP (Data Loss Prevention).
- (E) Backup de arquivos via VPN institucional.

3

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) na administração pública tem avançado em diversas áreas, inclusive em workflows e triagem de demandas judiciais ou administrativas.

Sobre o uso de IA no setor público, assinale a afirmativa correta:

- (A) A IA deve substituir o julgamento humano sempre que houver dados suficientes.
- (B) Ferramentas de IA podem ser usadas para decisões automatizadas sem necessidade de supervisão humana.
- (C) A IA aplicada ao workflow deve seguir princípios de transparência e explicabilidade, conforme preceitos éticos e legais.
- (D) Sistemas de IA não precisam registrar histórico de decisões para preservar desempenho.
- (E) A IA pública é proibida de interagir com bancos de dados jurídicos por questões de sigilo.

4

Com a digitalização dos serviços públicos, as assinaturas eletrônicas passaram a ser amplamente utilizadas. No Brasil, existem diferentes níveis de assinatura previstos em regulamentações oficiais.

Sobre os tipos de assinatura digital, assinale a alternativa correta:

- (A) A assinatura eletrônica avançada exige o uso de login e senha apenas.
- (B) A assinatura digital qualificada possui presunção legal de veracidade, por ser baseada em certificado da ICP-Brasil.
- (C) A assinatura simples é válida exclusivamente para documentos jurídicos com fé pública.
- (D) A assinatura avançada substitui completamente a necessidade de certificado digital.
- (E) Toda assinatura digital deve obrigatoriamente ser presencial.

5

O Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM – Business Process Management) é um conjunto de práticas utilizadas para mapear, modelar, otimizar e controlar os processos de uma organização.

Considerando o ciclo de vida do BPM, qual das alternativas apresenta corretamente uma etapa e sua finalidade?

- (A) Execução – desenhar o fluxo de atividades de forma abstrata.
- (B) Modelagem – aplicar indicadores de desempenho aos processos reais.
- (C) Otimização – eliminar atividades críticas e aumentar riscos operacionais.
- (D) Monitoramento – analisar desempenho e propor melhorias com base em métricas.
- (E) Análise – automatizar tarefas usando ferramentas de IA.

Raciocínio Lógico Matemático

Diego Ribeiro

6

Durante uma investigação conduzida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cinco servidores — Adriana, Bernardo, Caio, Daniela e Eduardo — foram entrevistados, cada um em um horário diferente ao longo de um mesmo dia. Com base nos registros, sabe-se que:

- I – Adriana foi entrevistada antes de Bernardo e também antes de Daniela.
- II – Eduardo foi entrevistado depois de Bernardo, mas antes de Caio.
- III – Caio foi o último a ser entrevistado.
- IV – Daniela foi entrevistada imediatamente antes de Caio.

Considerando todas essas informações, é correto afirmar que:

- (A) Eduardo foi o segundo a ser entrevistado
- (B) Bernardo foi entrevistado imediatamente após Adriana
- (C) Caio foi o terceiro a ser entrevistado
- (D) Daniela foi entrevistada por último
- (E) Adriana foi a primeira a ser entrevistada

7

Durante uma reunião no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi discutida a seguinte afirmação, feita por um dos coordenadores:

“Se o inquérito for instaurado, então a denúncia será oferecida ou haverá arquivamento.”

A proposição composta correspondente à afirmação feita pelo coordenador pode ser substituída por:

- (A) $p \rightarrow (q \wedge r)$
- (B) $(p \wedge q) \rightarrow r$
- (C) $p \rightarrow (q \leftrightarrow r)$
- (D) $(q \vee r) \rightarrow p$
- (E) $(\neg q \wedge \neg r) \rightarrow \neg p$

8

Cinco promotores — Fernanda, Gustavo, Helena, Igor e João — foram designados para fiscalizar audiências em cinco cidades distintas: Alegrete, Bagé, Caxias do Sul, Dom Pedrito e Erechim, uma cidade para cada promotor. Sabe-se que:

- I – Fernanda não foi para Alegrete nem para Bagé.
- II – O promotor designado para Caxias do Sul foi João.
- III – Gustavo foi designado para uma cidade cuja inicial é posterior à de sua própria inicial no alfabeto.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a cidade para a qual Fernanda foi designada é:

- (A) Alegrete.
- (B) Bagé.
- (C) Caxias do Sul.
- (D) Dom Pedrito.
- (E) Erechim.

9**Considere a proposição:**

"Todos os relatórios foram assinados e nenhum parecer foi arquivado."

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a negação lógica da proposição acima.

- (A) Alguns relatórios foram assinados e todos os pareceres foram arquivados.
- (B) Nenhum relatório foi assinado ou algum parecer foi arquivado.
- (C) Todos os relatórios foram assinados ou todos os pareceres foram arquivados.
- (D) Algum relatório não foi assinado ou algum parecer foi arquivado.
- (E) Todos os relatórios foram assinados ou nenhum parecer foi arquivado.

10

Durante a revisão de 200 processos, o MPE-RS identificou:

- 120 processos envolvem crimes ambientais;
- 80 processos envolvem crimes contra o patrimônio;
- 40 envolvem ambos os crimes.

O número de processos que não envolvem nenhum dos dois crimes mencionados é:

- (A) 80
- (B) 40
- (C) 120
- (D) 60
- (E) 100

Língua Portuguesa**Letícia Bastos**

Por que Nimesulida, remédio campeão de vendas no Brasil, é proibido nos EUA e parte da Europa

Por que a nimesulida está proibida em outros países?

Como citado no início da reportagem, a nimesulida nunca foi aprovada para venda em locais como o Reino Unido e a Alemanha. Além disso, ela foi retirada de circulação em diversos países, como Estados Unidos, Canadá, Japão, Suécia, Holanda, Dinamarca, Bélgica, Irlanda, Espanha e Finlândia. Desses, o caso da Irlanda foi talvez o que ganhou mais

notoriedade. Em 2007, o Conselho Irlandês de Medicamentos anunciou a suspensão imediata da venda de nimesulida após ter acesso a informações sobre casos de falência hepática fulminante, com necessidade de transplante, entre pessoas que usaram esse fármaco.

Um documento disponível no site da Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que, entre 1995 (quando a nimesulida foi aprovada na Irlanda) e 2007 (quando foi suspensa), esse país notificou 53 casos de danos graves ao fígado. A decisão das autoridades irlandesas motivou a abertura de uma investigação mais ampla na Agência Europeia de Medicamentos (EMA), o órgão responsável pela vigilância sanitária na União Europeia. Um relatório produzido no comitê responsável pelo inquérito concluiu que "os benefícios da nimesulida continuam a superar os riscos".

No entanto, a EMA decidiu restringir o uso dela a alguns casos específicos. Atualmente, na União Europeia, essa medicação segue disponível, a depender do critério de cada país, mas só está indicada para o tratamento de dor aguda e dismenorreia (a popular cólica menstrual). E, mesmo nesses casos, ela entra apenas como a segunda linha terapêutica, quando outras opções não funcionaram.

Mas e no Brasil? Por que esse fármaco está amplamente disponível? Marise pondera que nem sempre o que acontece num determinado país se repete em outros. "Precisamos levar em conta um fator importante, que é a genética populacional. Alguns genes específicos fazem nosso corpo responder de formas diferentes ao mesmo medicamento", explica ela. "Então pode ser que, para algumas pessoas, esse perfil genético favoreça a toxicidade, enquanto para outras gere um efeito terapêutico mais potente." Ou seja, antes de lançar uma proibição generalizada, é preciso conhecer as particularidades de cada região — e entender como cada população reage a uma certa substância.

Algo similar acontece com a dipirona, que é livremente usada no Brasil, mas está proibida em outras partes do mundo. Mesmo diante de possíveis variabilidades populacionais, Paraná entende que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

precisam fazer uma revisão das normas sobre o uso de antiinflamatórios no país. "É necessário ter protocolos mais rígidos, com uma venda limitada de caixas e sempre mediante a apresentação de receita médica", sugere o hepatologista. "Precisamos também de programas de educação dos profissionais de saúde para conscientizar sobre o uso desses remédios", complementa ele.

Procurada pela BBC News Brasil, a Anvisa reforçou que a nimesulida "é um medicamento sujeito à prescrição médica". "Entre as contraindicações, a bula traz restrição para 'histórico de reações de hipersensibilidade ao ácido acetilsalicílico ou a outros antiinflamatórios não esteroidais; histórico de reações hepáticas (do fígado) ao produto; pacientes com úlcera péptica (úlceras no estômago ou intestino) em fase ativa, ulcerações recorrentes (úlceras que vão e voltam) ou tenham hemorragia no trato gastrintestinal (sangramento no estômago e/ou intestinos); pacientes com distúrbios de coagulação graves; pacientes com insuficiência cardíaca grave (mau funcionamento grave do coração); pacientes com mau funcionamento dos rins grave e pacientes com mau funcionamento do fígado'", diz a agência em nota enviada à reportagem.

O texto também lembra que o uso desse remédio requer "cuidados que devem ser observados em pacientes com problemas de fígado". "Reações adversas hepáticas (do fígado) relacionadas à droga foram relatadas após períodos de tratamento menores de um mês. Dano ao fígado, reversível na maioria dos casos, foi verificado após curta exposição ao medicamento", conclui a nota. Já o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) informou que não tem nenhum comentário específico a fazer sobre o tema, mas reforçou que "todos os medicamentos tarjados [como é o caso da nimesulida] devem ser usados com orientação dos profissionais de saúde e só devem ser vendidos e dispensados mediante a apresentação da receita médica". Para Marise, é preciso também exercitar o autoconhecimento e observar o corpo.

"O mais importante de tudo é a pessoa entender por que está tomando um medicamento, seja por conta própria ou não. Ela está com uma dor recorrente, que não passa? Será que não é melhor investigar o que está acontecendo e as causas disso?", questiona a farmacêutica. "Antiinflamatórios podem até aliviar os sintomas, mas não tratam a causa do problema", conclui a especialista.

(Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c24707d1gr1o> -fragmento)

11

Considerando os argumentos e informações apresentados no texto, é correto afirmar que:

- (A) A permanência da nimesulida no mercado brasileiro está relacionada à compreensão de que diferentes populações podem reagir de forma diversa ao medicamento, exigindo avaliações específicas antes de medidas como proibição ou restrição.
- (B) A retirada da nimesulida em países como Irlanda e Finlândia obrigou o Brasil a suspender imediatamente a comercialização do fármaco, ainda que de forma preventiva.
- (C) A Anvisa declarou a suspensão da nimesulida após receber os dados internacionais sobre a hepatotoxicidade do fármaco, reconhecendo o alto risco à saúde pública.
- (D) O texto conclui que, por ser eficaz no alívio da dor, a nimesulida deve ser amplamente utilizada, inclusive sem necessidade de receita médica, desde que haja orientação farmacêutica.
- (E) Segundo especialistas citados no texto, os anti-inflamatórios como a nimesulida são medicamentos seguros, e os relatos de efeitos adversos no fígado são considerados infundados e estatisticamente irrelevantes.

12

A partir da leitura atenta do texto, é possível depreender que:

- (A) A restrição do uso da nimesulida em países europeus se deu por pressão da Organização Mundial da Saúde, que exige a retirada de qualquer medicamento com relatos de efeitos adversos, independentemente do número de casos.
- (B) A despeito dos riscos documentados, a Anvisa considera que o uso indiscriminado da nimesulida não apresenta maiores preocupações, desde que os pacientes sejam orientados a fazer automedicação com parcimônia.
- (C) A decisão da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) foi revogada após novos estudos comprovarem a segurança total da nimesulida para todas as faixas etárias e populações, sem restrições.
- (D) A farmacêutica Marise propõe que, antes de adotar uma proibição generalizada de medicamentos como a nimesulida, é necessário compreender as respostas específicas de diferentes populações, considerando fatores genéticos e culturais.
- (E) O texto aponta como solução definitiva para o uso da nimesulida a extinção completa dos anti-inflamatórios não esteroidais, pois eles mascaram sintomas e não tratam a origem das doenças.

13

A análise crítica do texto permite compreender que:

- (A) A permanência da nimesulida no mercado brasileiro se dá exclusivamente por interesses da indústria farmacêutica, que resiste a qualquer tipo de restrição ou regulamentação sanitária.
- (B) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autoriza o uso irrestrito da nimesulida no Brasil por considerá-la isenta de riscos hepáticos relevantes, o que justifica sua liberação sem maiores exigências.
- (C) O texto sugere que decisões regulatórias sobre medicamentos devem considerar fatores como a genética das populações, as particularidades regionais e os efeitos específicos em diferentes grupos, antes de se impor restrições generalizadas.

(D)

O principal argumento apresentado pelas autoridades europeias para a restrição da nimesulida foi o fato de que ela não apresenta eficácia superior aos demais anti-inflamatórios disponíveis no mercado.

(E)

A exemplo de países como a Irlanda, o Brasil também já retirou temporariamente a nimesulida de circulação, após constatar alto índice de reações adversas hepáticas em sua população.

14

Considerando o conteúdo e os argumentos desenvolvidos ao longo do texto, assinale a alternativa que expressa corretamente uma inferência plausível e respaldada pelas informações apresentadas:

- (A) A manutenção da nimesulida no mercado brasileiro, mesmo diante de proibições internacionais, está associada a variáveis como a resposta genética da população local ao medicamento e à necessidade de políticas sanitárias ajustadas à realidade do país.
- (B) A retirada da nimesulida do mercado em países como o Brasil e o Japão ocorreu simultaneamente à proibição irlandesa, após investigações da OMS sobre a incidência de falência hepática fulminante.
- (C) O texto conclui que a nimesulida deve ser retirada imediatamente do mercado brasileiro, dado o número crescente de casos de toxicidade hepática associados ao seu uso mesmo em curto prazo.
- (D) Segundo o texto, o uso da nimesulida no Brasil ocorre de forma amplamente desregulamentada, sem qualquer exigência de receita médica ou orientação profissional, o que intensifica os riscos à saúde pública.
- (E) A comparação entre nimesulida e dipirona visa demonstrar que ambas as substâncias apresentam a mesma resposta fisiológica em diferentes populações, motivo pelo qual permanecem amplamente prescritas no Brasil.

15

Com base na organização discursiva e nas intenções comunicativas predominantes no texto, é correto afirmar:

- (A) O texto pertence ao gênero jornalístico informativo, com predomínio da tipologia expositiva-argumentativa, pois apresenta dados factuais, posicionamentos de especialistas e propõe reflexões sobre a regulação de medicamentos no Brasil.
- (B) Trata-se de um editorial de opinião, com predomínio da tipologia narrativa, em que se relatam casos individuais de pacientes que sofreram reações adversas ao medicamento nimesulida, com a intenção de sensibilizar o leitor.
- (C) O texto é essencialmente descritivo, com foco na caracterização técnica dos compostos da nimesulida e seu funcionamento fisiológico, sem apresentar posicionamentos críticos ou propostas regulatórias.
- (D) O gênero predominante é o ensaio científico, com base na linguagem técnica e impersonal, visando à defesa da retirada da nimesulida do mercado brasileiro por meio de argumentação lógica e dados clínicos.
- (E) A tipologia textual dominante é injuntiva, com objetivo central de instruir os leitores sobre os procedimentos de uso da nimesulida e de orientar profissionais de saúde quanto à sua prescrição.

16

Considerando os recursos expressivos empregados na construção do texto, é correto afirmar que:

- (A) A expressão “o mais importante de tudo é a pessoa entender por que está tomando um medicamento” constitui exemplo de **metonímia**, pois há a substituição do nome do medicamento pelo de um efeito.
- (B) Ao afirmar que “anti-inflamatórios podem até aliviar os sintomas, mas não tratam a causa do problema”, o autor utiliza **catacrese**, ao empregar uma palavra fora de seu sentido original, pela falta de termo específico.
- (C) No trecho “será que não é melhor investigar o que está acontecendo e as causas disso?”, há um exemplo de **antítese**, já que se opõem as ideias de investigar e de sentir dor.

(D)

No segmento “precisamos também de programas de educação dos profissionais de saúde para conscientizar sobre o uso desses remédios”, há **eufemismo**, pois se suaviza uma crítica direta à negligência dos profissionais de saúde.

(E)

A construção “anti-inflamatórios podem até aliviar os sintomas, mas não tratam a causa do problema” apresenta **paralelismo sintático e antítese**, ao contrastar, em estruturas equivalentes, os efeitos paliativos com a ausência de cura.

17

A respeito do emprego e da significação de palavras e expressões no texto, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- (A) A expressão “requer cuidados que devem ser observados” indica um conselho opcional, sugerindo que os pacientes podem ou não seguir as recomendações, sem comprometer a eficácia do tratamento.
- (B) A forma verbal “requer” (em “o uso desse remédio requer cuidados”) exprime uma exigência, reforçando o sentido de obrigatoriedade e vigilância quanto ao uso da nimesulida, especialmente diante dos riscos associados.
- (C) A escolha da expressão “falência hepática fulminante” é ambígua, podendo ser interpretada como uma simples queda de desempenho do fígado, sem necessariamente indicar um quadro grave.
- (D) A conjunção “mas”, no trecho “anti-inflamatórios podem até aliviar os sintomas, mas não tratam a causa do problema”, tem valor explicativo, pois introduz uma justificativa para o uso continuado do medicamento.
- (E) No trecho “o mais importante de tudo é a pessoa entender por que está tomando um medicamento”, a palavra “importante” é usada em sentido conotativo, referindo-se a algo simbólico e subjetivo, não literal.

18

Considerando os sentidos produzidos no texto, assinale a alternativa em que se estabelece uma relação de sinonímia ou antônima correta entre as palavras ou expressões destacadas.

- (A) A palavra “*suspensão*” pode ser corretamente substituída por “*manutenção*”, sem alterar o sentido original da frase em que se insere.
- (B) A expressão “*restrição para histórico de reações de hipersensibilidade*” é sinônima de “*limitação baseada em registros anteriores de reações alérgicas*”.
- (C) A palavra “*reversível*”, no trecho “dano ao fígado, reversível na maioria dos casos”, tem como antônimo adequado o termo “*intercambiável*”.
- (D) A substituição de “*revisão das normas*” por “*ratificação das normas*” manteria o sentido do trecho que trata da atuação da Anvisa.
- (E) O termo “*impedimento*” é antônimo preciso da palavra “*indicação*”, no trecho que trata do uso da nimesulida em alguns casos específicos.

19

Com base no uso das classes de palavras no texto, assinale a alternativa correta quanto à identificação e ao emprego da classe morfológica das palavras em destaque.

- (A) Em “*proibição generalizada*”, a palavra destacada exerce função verbal e expressa ação, sendo, portanto, um verbo no particípio.
- (B) No trecho “**nunca** foi aprovada”, a palavra destacada atua como preposição, estabelecendo relação entre o verbo e o complemento.
- (C) Na frase “a nimesulida **nunca** foi aprovada para venda em locais como o Reino Unido”, o vocábulo destacado é um advérbio de tempo e exerce papel modificador da ação verbal.
- (D) Em “*decisão consultiva*”, a palavra “*consultiva*” funciona como um advérbio de modo, pois modifica semanticamente o substantivo “*decisão*”.
- (E) Em “**mesmo** diante de possíveis variabilidades populacionais”, o termo “*mesmo*” exerce função de numeral, pois indica intensidade e quantidade exata.

20

Considerando a análise morfológica de termos utilizados ao longo do texto, assinale a alternativa correta quanto à identificação da classe gramatical e ao papel que os vocábulos desempenham nas construções em que se inserem.

- (A) Em “precisamos também de programas de educação”, o termo “também” exerce função de conjunção aditiva, coordenando orações de sentido equivalente.
- (B) No trecho “*decisão das autoridades irlandesas*”, a palavra “das” constitui a contração de uma preposição com um artigo definido e é, por isso, classificada como advérbio.
- (C) Em “*Reações adversas hepáticas relacionadas à droga foram relatadas...*”, o vocábulo “*relacionadas*” é um advérbio de causa, justificando a toxicidade da droga.
- (D) No segmento “*Mesmo diante de possíveis variabilidades populacionais...*”, o termo “*possíveis*” é um advérbio de dúvida, modificando o substantivo “*variabilidades*”.
- (E) Em “*precisamos levar em conta um fator importante*”, o termo “*importante*” é um adjetivo que qualifica o substantivo “*fator*”, sendo, portanto, uma palavra variável quanto ao gênero e ao número.

21

Com base na análise sintático-semântica das construções verbais presentes no texto, assinale a alternativa correta quanto ao reconhecimento e à função de locuções verbais ou perifrases verbais.

- (A) Em “*precisamos levar em conta um fator importante*”, há uma locução verbal formada por um verbo auxiliar (precisar) seguido de um verbo principal no infinitivo (levar), exprimindo ideia de necessidade.
- (B) No trecho “a nimesulida **nunca** foi aprovada para venda em locais como o Reino Unido e a Alemanha”, a expressão verbal “*foi aprovada*” constitui uma locução verbal na voz ativa com valor de certeza.
- (C) Em “*o uso desse remédio requer cuidados que devem ser observados*”, o verbo “*devem*” funciona isoladamente, sem formar locução verbal, por não haver verbo principal.
- (D) A construção “*pode ser que, para algumas pessoas, esse perfil genético favoreça a toxicidade*” apresenta perífrase verbal com sentido de certeza e conclusão.
- (E) Em “*ela está com uma dor recorrente, que não passa?*”, a estrutura “*está com*” é uma locução verbal que expressa ação contínua associada ao verbo principal “*dor*”.

22

A respeito do uso e das funções desempenhadas pelas partículas “que” e “se” no texto, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho “será que não é melhor investigar o que está acontecendo e as causas disso?”, o termo “que” atua como **conjunção integrante**, introduzindo oração subordinada objetiva direta.
- (B) Em “é preciso também exercitar o autoconhecimento e observar o corpo”, o termo “se” está subentendido após “é preciso”, desempenhando função de pronome apassivador.
- (C) Em “antes de lançar uma proibição generalizada, é preciso conhecer as particularidades de cada região — e entender como cada população reage a uma certa substância”, a conjunção “que” introduz uma oração subordinada adjetiva.
- (D) No trecho “os benefícios da nimesulida continuam a superar os riscos”, a omissão do “que” entre “continuam” e “a superar” prejudica a correção sintática da oração.
- (E) Em “o mais importante de tudo é a pessoa entender por que está tomando um medicamento”, a expressão “por que” é formada por preposição exigida pelo verbo “entender” + pronome interrogativo “que”, exercendo função de objeto direto.

23

A análise dos vocábulos presentes no texto permite identificar diferentes processos de formação de palavras. Considerando a estrutura e a morfologia das palavras destacadas, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “disfunção”, há a formação por derivação imprópria, já que um verbo foi transformado em substantivo sem alteração morfológica.
- (B) A palavra “medicamento” é formada por justaposição, pois resulta da união de dois radicais que conservam sua integridade sonora.

(C)

O vocábulo “hipersensibilidade” exemplifica a derivação regressiva, pois foi formado pela retirada de um sufixo de um verbo primitivo. “Reações” é um caso de formação por composição por aglutinação, pois há perda fonética na junção de elementos que a compõem. “Antiinflamatórios” é um exemplo de derivação prefixal e sufixal simultânea, sendo formada pelo acréscimo simultâneo do prefixo “anti-” e do sufixo “-rio” à base “inflama”.

24

Considerando a construção textual e os efeitos pretendidos no trecho apresentado, é possível identificar o predomínio de determinadas funções da linguagem associadas aos elementos da comunicação. Assinale a alternativa correta quanto à relação entre essas funções e os efeitos de sentido do texto.

- (A) A função metalinguística é predominante no texto, já que ele reflete sobre a própria linguagem ao explicar o significado dos termos técnicos utilizados, como “falência hepática fulminante” e “anti-inflamatórios”.
- (B) Nota-se o predomínio da função fática, pois o texto se preocupa com a manutenção do canal comunicativo, utilizando expressões que reforçam a continuidade da interação, como interjeições, vocativos e repetições.
- (C) A função referencial prevalece no texto, uma vez que seu objetivo é apresentar informações objetivas sobre o uso da nimesulida, com base em dados, argumentos científicos e posicionamentos institucionais.
- (D) A função conativa é o foco central do texto, pois busca provocar uma reação direta no leitor, com verbos no imperativo que incitam ações como evitar o uso do medicamento ou procurar auxílio médico.
- (E) Há forte presença da função emotiva, já que o texto prioriza a expressão dos sentimentos e da subjetividade do autor ao relatar experiências pessoais com o uso do fármaco.

25

No trecho: “**A decisão das autoridades irlandesas motivou a abertura de uma investigação mais ampla na Agência Europeia de Medicamentos (EMA), o órgão responsável pela vigilância sanitária na União Europeia**”, analise os termos destacados e assinale a alternativa correta quanto às suas classificações sintáticas.

- (A) “A decisão das autoridades irlandesas” funciona como complemento nominal do verbo “motivou”, e “a abertura de uma investigação mais ampla” exerce a função de aposto explicativo.
- (B) “A decisão das autoridades irlandesas” exerce a função de sujeito da oração, enquanto “a abertura de uma investigação mais ampla” funciona como objeto direto do verbo “motivou”.
- (C) “A decisão das autoridades irlandesas” é predicativo do sujeito, e “a abertura de uma investigação mais ampla” é sujeito oracional.
- (D) “Na Agência Europeia de Medicamentos (EMA)” exerce a função de complemento nominal do substantivo “investigação”, e “o órgão responsável pela vigilância sanitária na União Europeia” é um objeto direto.
- (E) “O órgão responsável pela vigilância sanitária na União Europeia” é aposto de “a abertura de uma investigação mais ampla” e “na Agência Europeia de Medicamentos (EMA)” é adjunto adverbial de modo.

26

Leia o seguinte trecho:

“Elá está com uma dor recorrente, que não passa?”

Considerando a estrutura oracional apresentada e as possíveis classificações das orações subordinadas, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “que não passa” é uma oração subordinada adverbial condicional, pois indica uma hipótese para a dor da paciente.
- (B) A oração “que não passa” tem função de oração subordinada substantiva subjetiva, pois funciona como sujeito da oração principal.

- (C) A oração “que não passa” tem natureza independente e, portanto, não estabelece relação de subordinação com o restante da estrutura.
- (D) A oração “que não passa” é uma oração subordinada adjetiva restritiva, pois restringe o sentido do termo “dor” ao caracterizá-la de modo específico.
- (E) A oração “que não passa” é uma oração subordinada adverbial causal, pois indica a causa da dor recorrente da paciente.

27

Em relação à regência verbal e nominal observada no excerto abaixo, assinale a alternativa correta.

“Precisamos também de programas de educação dos profissionais de saúde para conscientizar sobre o uso desses remédios”, complementa ele.

- (A) O verbo “conscientizar”, na norma-padrão, exige preposição “sobre” antes de seu complemento, independentemente da voz em que se encontra.
- (B) O uso da preposição “sobre” após o verbo “conscientizar” está incorreto, já que, na forma ativa, o verbo é transitivo direto e exige complemento sem preposição.
- (C) O termo “conscientizar sobre o uso desses remédios” apresenta erro de regência verbal, pois o verbo deveria ser pronominal no contexto.
- (D) O termo “de programas de educação” está incorreto, pois o verbo “precisar” exige complemento sem preposição quando está no presente do indicativo.
- (E) O complemento “dos profissionais de saúde” rege-se pela preposição “de” exigida pelo substantivo “educação”, o que viola a norma culta nesse contexto.

28

A análise do emprego dos sinais de pontuação em trechos selecionados do texto permite compreender escolhas linguísticas que afetam a organização e a expressividade das ideias. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “É necessário ter protocolos mais rígidos, com uma venda limitada de caixas e sempre mediante a apresentação de receita médica”, a vírgula após “rígidos” é facultativa e tem função meramente enumerativa, sem alterar a clareza da frase.
- (B) Em “Mesmo diante de possíveis variabilidades populacionais, Paraná entende que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) precisam fazer uma revisão...”, a vírgula após “populacionais” está incorreta, pois separa o sujeito do predicado.
- (C) Em “Ela está com uma dor recorrente, que não passa?”, a vírgula é obrigatória, pois introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (D) Em “Antiinflamatórios podem até aliviar os sintomas, mas não tratam a causa do problema”, a vírgula antes da conjunção “mas” é inadequada, pois esta conjunção não exige pausa.
- (E) Em “Dano ao fígado, reversível na maioria dos casos, foi verificado...”, as vírgulas isolando a expressão “reversível na maioria dos casos” indicam uma intercalação de valor causal, o que compromete o sentido do trecho.

29

Considerando as características da redação oficial, assinale a alternativa que apresenta um princípio fundamental para a elaboração desse tipo de texto.

- (A) O uso da linguagem rebuscada é recomendado, pois demonstra formalidade e elevação no trato com o leitor.
- (B) A redação oficial deve priorizar a criatividade e a originalidade, mesmo que isso comprometa a uniformidade textual.
- (C) A utilização da linguagem coloquial pode ser aceita, desde que o interlocutor pertença ao mesmo órgão público.

(D)

A subjetividade do emissor é elemento importante, pois valoriza a expressividade do texto administrativo.

(E)

A clareza deve nortear a produção textual, com uso de linguagem direta, objetiva e isenta de ambiguidades.

30

A redação oficial, além de seguir diretrizes linguísticas normativas, deve refletir os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Considerando esse aspecto, assinale a alternativa que expressa uma orientação compatível com esses princípios e com as diretrizes da redação oficial.

- (A) A redação oficial pode adotar construções metafóricas ou subjetivas, desde que o interlocutor compreenda a intenção do emissor e não haja prejuízo à formalidade.
- (B) Em função do princípio da publicidade, recomenda-se que os textos oficiais sejam longos, detalhados e contenham repetições, a fim de garantir máxima transparência.
- (C) A concisão na redação oficial deve ser relativizada quando o emissor deseja reforçar sua autoridade funcional por meio de justificativas extensas e minuciosas.
- (D) A redação oficial deve empregar marcas pessoais e emocionais, como interjeições e vocativos subjetivos, em nome da valorização da empatia no serviço público.
- (E) A imprecisoalidade, a clareza e a padronização textual são pilares da redação oficial, pois traduzem o compromisso com os princípios da legalidade, eficiência e isonomia no trato com o cidadão.

Noções de Direito e Legislação

Sérgio Gaúcho

31

Sobre o Ministério Público nas Constituições Federal e Estadual, é correto afirmar que:

- (A) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado livremente pelo Governador do Estado.
- (B) Aos membros do Ministério Público é assegurada a vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) É assegurada ao Ministério Público a autonomia administrativa e funcional, podendo, na forma de sua lei complementar, propor ao Poder Judiciário a criação de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
- (D) O Procurador-Geral de Justiça comparecerá, semestralmente, à Assembleia Legislativa para relatar, em sessão pública, as atividades e necessidades do Ministério Público.
- (E) É vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, uma função pública de magistério.

32

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, são órgãos da Administração do Ministério Público:

- (A) Procuradoria Geral de Justiça, as Procuradorias de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (B) A Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público.
- (C) A Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) A Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, os Centros de Apoio Operacional, a Corregedoria Geral do Ministério Público e a Ouvidoria.
- (E) Procuradorias e Promotorias de Justiça.

33

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que:

- (A) O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público.
- (B) O Procurador-Geral de Justiça tomará posse em sessão pública e solene do Conselho Superior.
- (C) São inelegíveis para Procurador de Justiça os membros do Ministério Público que tiverem sido condenados por crimes dolosos ou culposos, com decisão transitada em julgado.
- (D) A eleição para a formação da lista tríplice para escolha do Procurador-Geral de Justiça será presidida e apurada por uma Comissão Eleitoral constituída pelos três Promotores de Justiça mais antigos no cargo, em efetivo exercício, e que se tenham manifestado, expressamente, pela recusa em concorrer em ofício dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, sob a presidência do mais antigo entre eles.
- (E) O Órgão Especial do Colégio de Procuradores será composto pelos dez Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e por dez Procuradores de Justiça eleitos pelos demais, para um mandato de dois anos, além do Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, que terá voto qualificado, e do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes membros natos.

34

De acordo com a Lei Complementar n. 10.098/1994, a posse é a aceitação expressa do cargo, formalizado com a assinatura do termo no prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 60 dias.

35

À luz da Lei Estadual n. 15.516/2020, no que se refere à estrutura das carreiras e à promoção dos cargos de Analista e Técnico do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- (A) As promoções por merecimento dependem exclusivamente do tempo de exercício do servidor na classe, sem necessidade de avaliação de desempenho.
- (B) A estrutura das carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público compreende 12 (doze) classes normais, sendo vedada a reclassificação para classes especiais.
- (C) A cedência do servidor é possível a qualquer tempo, desde que autorizada pela Administração Superior, inclusive durante o estágio probatório.
- (D) As classes especiais são destinadas exclusivamente aos servidores reclassificados e não constituem etapa de progressão ordinária da carreira.
- (E) O critério de antiguidade é apurado a partir do tempo de exercício no cargo, considerando apenas o período posterior à reclassificação.

Noções de Direito e Legislação

Renato Pulz

36

Assinale a alternativa que não corresponde a um dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública.

- (A) Peculato.
- (B) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- (C) Excesso de exação.
- (D) Tráfico de Influência.
- (E) Advocacia administrativa.

37

A conduta do agente de trânsito que solicita dinheiro para não aplicar a multa caracteriza o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) corrupção passiva.
- (C) corrupção ativa.
- (D) concussão.
- (E) descaminho.

38

Sobre os crimes praticados pelo funcionário público contra a administração pública, marque a alternativa correta.

- (A) Não comete crime o funcionário que ao cobrar imposto devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- (B) O crime de concussão pode ser cometido mesmo quando o funcionário público está de férias.
- (C) O peculato somente tem previsão na forma dolosa.
- (D) Comete prevaricação o servidor público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, por indulgência.
- (E) Comete o crime de violência arbitrária aquele funcionário público que praticar violência ou grave ameaça, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.

39

Sobre o peculato e suas várias formas, marque a alternativa correta.

- (A) Há forma de peculato considerada uma infração de menor potencial ofensivo.
- (B) A reparação do dano a reparação do dano, em qualquer tempo, extingue a punibilidade.
- (C) O funcionário público que se apropria de dinheiro que um particular entregou por erro, não comete crime, mas somente infração administrativa.
- (D) O funcionário público, que estava de folga na repartição, e se apropria de dinheiro que um particular entregou ao pagar uma conta por engano comete peculato.
- (E) qualquer funcionário público pode cometer o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.

Noções de Direito e Legislação

Vinicius Marques

40

Acerca dos princípios fundamentais consagrados no Título I da Constituição Federal de 1988, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A separação dos Poderes prevista no art. 2º da Constituição Federal deve ser interpretada de forma rígida, vedando qualquer interferência entre os Poderes, inclusive para fins de controle de constitucionalidade ou sustação de atos administrativos.
- (B) A forma federativa de Estado, prevista como cláusula pétrea no art. 60, § 4º, I, da CF, não impede a centralização administrativa da União, desde que mediante lei complementar aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) O princípio da dignidade da pessoa humana, como fundamento da República, possui densidade normativa suficiente para fundamentar decisões judiciais, inclusive no reconhecimento de novos direitos não expressamente previstos no texto constitucional.
- (D) A República Federativa do Brasil poderá admitir exceções ao princípio da prevalência dos direitos humanos em suas relações internacionais, desde que em nome da segurança nacional, mediante decreto do Presidente da República.
- (E) Segundo jurisprudência do STF, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser ponderados exclusivamente sob a ótica econômica, não servindo de base para interpretação de direitos fundamentais sociais.

41

Davi Marbrandt, servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, tornou-se pai recentemente. Ele peticiona administrativamente requerendo a ampliação do período de licença-paternidade, atualmente fixado em 5 dias, alegando a ausência de regulamentação do art. 7º, XIX, da CF, e invocando recente decisão do STF que reconheceu omissão legislativa inconstitucional nessa matéria. Em relação à omissão legislativa e à proteção dos direitos fundamentais sociais, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O servidor não possui respaldo jurídico, pois a licença-paternidade está fixada em norma constitucional transitória, e somente poderá ser alterada por emenda constitucional, não cabendo ao STF suprir omissão legislativa.
- (B) A ausência de lei regulamentadora do art. 7º, XIX, da Constituição impede qualquer interpretação ampliativa da licença-paternidade, sendo inviável ao Judiciário intervir, sob pena de violação ao princípio da reserva de lei.
- (C) Embora o STF tenha reconhecido a omissão inconstitucional do Congresso Nacional em regulamentar a licença-paternidade, a Corte firmou que, mesmo em caso de inércia legislativa prolongada, não poderá fixar o prazo da licença em decisão judicial.
- (D) A omissão legislativa em regulamentar a licença-paternidade ofende diretamente os direitos fundamentais sociais previstos na Constituição, sendo possível ao STF suprir essa lacuna normativa, fixando prazo mínimo para a fruição do direito, se a situação de inércia persistir.
- (E) Ainda que haja omissão legislativa, a administração pública não está obrigada a atender pleitos individuais com base em decisões do STF em ação de controle abstrato, sendo tais decisões desprovidas de efeitos vinculantes.

42

Boromir Baggins, servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atua na assessoria jurídica do Procurador-Geral de Justiça e elabora parecer técnico sobre a possibilidade de responsabilização direta do Prefeito de Porto Vale pela má gestão de recursos recebidos via convênio com o Estado. No curso da análise, surge a dúvida sobre a necessidade de prévia aprovação da Câmara Municipal para a responsabilização administrativa do Chefe do Executivo local, diante da atuação do Tribunal de Contas estadual. De acordo com a situação hipotética e acerca da organização dos Poderes da República e das competências constitucionais atribuídas aos órgãos de controle, conforme interpretação recente do STF, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A responsabilização administrativa de Prefeitos e Governadores depende sempre de aprovação prévia do Poder Legislativo local, sendo vedado ao Tribunal de Contas aplicar sanções diretas a esses agentes.
- (B) O STF decidiu que os Tribunais de Contas não possuem competência para impor sanções administrativas a Prefeitos e Governadores, por se tratar de agentes políticos submetidos a julgamento político-administrativo.
- (C) Nos casos de convênios e transferências voluntárias de recursos entre entes federativos, é legítima a atuação autônoma dos Tribunais de Contas para responsabilizar diretamente os Chefes do Executivo por irregularidades, independentemente de prévio julgamento político pela Casa Legislativa.
- (D) Os Tribunais de Contas somente podem atuar de forma consultiva em relação às contas dos Chefes do Executivo, sendo obrigatória a emissão de parecer prévio para posterior julgamento pelo Legislativo.
- (E) A jurisprudência do STF impede que Tribunais de Contas imponham qualquer tipo de sanção a agentes políticos, cabendo apenas à Justiça Eleitoral decidir sobre inelegibilidades decorrentes de contas rejeitadas.

43

Com base na doutrina e na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA acerca da forma federativa de Estado adotada pela Constituição Federal de 1988:

- (A) A federação brasileira adota o modelo de soberania compartilhada entre os entes federados, permitindo que Estados, Municípios e o Distrito Federal exerçam parcela de soberania interna, desde que respeitado o pacto federativo.
- (B) A forma federativa brasileira caracteriza-se pela repartição de competências, pela autonomia política dos entes federados e pela indissolubilidade do vínculo entre eles, de modo que nenhum ente, inclusive os Estados, pode se separar da União.
- (C) Na federação brasileira, os entes subnacionais detêm apenas autonomia administrativa e financeira, sendo subordinados ao ente central, o que distingue o modelo adotado no Brasil do federalismo clássico norte-americano.
- (D) Embora a Constituição de 1988 tenha adotado formalmente a federação, na prática há prevalência do princípio unitário, dado o poder de intervenção da União sobre os demais entes e sua competência legislativa residual.
- (E) A forma federativa brasileira é assimétrica, mas a simetria constitucional obrigatória entre os entes federativos impede que os Estados adotem modelos organizacionais próprios, inclusive no que se refere ao Poder Judiciário local.

Noções de Direito e Legislação

Rafael de Oliveira

44

No tocante à organização administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) A descentralização administrativa ocorre exclusivamente dentro da estrutura da Administração Direta, como forma de redistribuir competências entre seus órgãos.
- (B) O princípio da separação de poderes impede que o Poder Judiciário exerça qualquer tipo de função administrativa, mesmo que para fins internos.
- (C) A Administração Direta é composta por entes dotados de personalidade jurídica própria e autonomia financeira para o desempenho descentralizado das atividades do Estado.
- (D) A centralização ocorre quando o Estado transfere a execução de um serviço público para uma entidade da Administração Indireta, por meio de lei específica.
- (E) A descentralização administrativa ocorre quando a execução de determinado serviço público é atribuída a outra pessoa, jurídica ou física, distinta do próprio ente político, podendo ocorrer inclusive para particulares.

45

Sobre a estrutura da Administração Pública brasileira, com base na doutrina de José dos Santos Carvalho Filho, é correto afirmar que:

- (A) A concentração ocorre quando o Estado descentraliza competências administrativas para entes autônomos da federação.
- (B) A Administração Indireta é composta por pessoas jurídicas que, vinculadas à Administração Direta, executam atividades administrativas de forma descentralizada.
- (C) A delegação legal é aquela realizada por meio de contrato administrativo firmado com pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) A autoadministração, prevista como característica da autonomia dos entes federativos, refere-se à capacidade de legislar sobre matérias de competência concorrente.
- (E) O princípio federativo determina a centralização de competências administrativas nos órgãos da União para garantir maior eficiência estatal.

46

Acerca da responsabilidade civil do Estado e sua aplicação nos casos de omissão da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade objetiva do Estado abrange tanto os atos comissivos quanto os omissivos, sendo sempre desnecessária a demonstração de culpa ou dolo do agente.
- (B) O fundamento da responsabilidade objetiva do Estado reside exclusivamente na atividade ilícita do agente público, desde que comprovada a intenção de causar dano.
- (C) Segundo a doutrina majoritária, a responsabilidade do Estado por omissão é objetiva, bastando comprovar o nexo entre o não agir e o dano.
- (D) Nos casos de omissão estatal, segundo a melhor doutrina, aplica-se a responsabilidade subjetiva, exigindo-se a demonstração de culpa administrativa.
- (E) A responsabilidade subjetiva do Estado ocorre apenas quando o agente público for identificado e houver ação dolosa comprovada.

47

De acordo com o art. 12 da Lei n. 8.429/1992, assinale a alternativa correta quanto às sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa:

- (A) Na hipótese do art. 11 da Lei, é cabível, exclusivamente, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- (B) Na hipótese do art. 10, as sanções incluem, cumulativamente, a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos e multa civil de até 24 vezes a remuneração percebida pelo agente.
- (C) Na hipótese do art. 9º, a multa civil poderá ser de até 24 vezes o valor do acréscimo patrimonial, cumulada com suspensão dos direitos políticos por até 12 anos.
- (D) Na hipótese do art. 11, é possível a aplicação de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração do agente, além de proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- (E) O art. 12 da Lei prevê que, independentemente da gravidade do fato, as sanções sempre deverão ser aplicadas cumulativamente.

Noções de Direito e Legislação

Cristiny Rocha

48

À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- (A) Os governos estrangeiros estão autorizados a adquirir quaisquer bens imóveis no Brasil, desde que o ato seja declarado de interesse público pelo Poder Executivo.
- (B) As fundações estrangeiras poderão abrir agências ou filiais no Brasil antes da aprovação de seus atos constitutivos pelo Governo brasileiro, desde que a finalidade seja assistencial.
- (C) A autoridade judiciária brasileira é absolutamente incompetente para processar ações relacionadas a imóveis localizados fora do Brasil, mesmo que todas as partes sejam brasileiras.
- (D) A prova dos fatos ocorridos no estrangeiro admite, no Brasil, qualquer meio de prova válido naquele país, inclusive os que forem incompatíveis com a legislação brasileira.
- (E) A autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar demandas quando o réu for domiciliado no Brasil ou quando a obrigação deva ser aqui cumprida.

49

Em relação à coação como vício da declaração da vontade no negócio jurídico, conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A ameaça do exercício regular de um direito poderá configurar coação, se causar abalo psicológico no coacto, ainda que se trate de simples temor reverencial.
- (B) A coação exercida por terceiro viciará o negócio jurídico apenas quando for praticada com dolo, independentemente de conhecimento da parte beneficiada.
- (C) A coação somente será reconhecida judicialmente se causar fundado temor de dano exclusivamente à pessoa do declarante, sendo irrelevante o risco a familiares ou bens.
- (D) O negócio jurídico poderá subsistir, mesmo havendo coação, se esta tiver sido exercida por terceiro sem que a parte favorecida soubesse ou devesse saber da conduta.
- (E) A existência de coação será presumida quando o declarante for menor ou incapaz, dispensando a análise das demais circunstâncias subjetivas.

50

Com base no disposto no art. 202 do Código Civil, assinale a alternativa correta quanto à interrupção da prescrição:

- (A) A prescrição poderá ser interrompida mais de uma vez, desde que o credor reitere a cobrança por meio de atos judiciais sucessivos.
- (B) A prescrição não se interrompe por citação realizada em juízo absolutamente incompetente, mesmo que promovida nos prazos legais.
- (C) A apresentação de título de crédito em processo de inventário ou em concurso de credores é causa de interrupção da prescrição.
- (D) O protesto cambial é ineficaz para fins de interrupção da prescrição, sendo necessário que haja demanda judicial proposta.
- (E) O reconhecimento do direito pelo devedor, para interromper a prescrição, deve necessariamente ocorrer por escrito e ser homologado judicialmente.

51

Acerca da decadência no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) A renúncia à decadência é sempre válida, inclusive quando esta for estabelecida por lei, desde que expressa e voluntária.
- (B) Aplicam-se à decadência todas as normas relativas à prescrição, inclusive as que tratam de suspensão e interrupção dos prazos.
- (C) Quando o prazo decadencial for estabelecido por convenção entre as partes, o juiz poderá conhecê-lo de ofício para extinguir o direito.
- (D) O prazo de decadência legal pode ser suspenso se o titular do direito estiver em situação de incapacidade, nos termos do Código Civil.
- (E) Estando presente a decadência legal, o juiz só poderá conhecê-la se a parte interessada a suscitar expressamente nos autos.

Noções de Direito e Legislação**Washington Almeida****52**

A transparência na gestão pública é um dos pilares da democracia e está garantida no Brasil pela Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. De acordo com a LAI, o acesso à informação pública é:

- (A) Restrito apenas a cidadãos com ensino superior.
- (B) Permitido exclusivamente aos servidores públicos estáveis.
- (C) Direito de qualquer pessoa, independentemente de justificativa.
- (D) Autorizado somente com requerimento judicial.
- (E) Limitado a informações anteriores a cinco anos.

53

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) estabelece princípios, direitos e deveres para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Ela se aplica tanto ao setor público quanto ao privado.

Segundo a LGPD, o tratamento de dados pessoais deve observar, entre outros, o seguinte princípio:

- (A) Compartilhamento obrigatório com entes governamentais.
- (B) Minimização, ou seja, uso limitado ao necessário para a finalidade.
- (C) Lucro máximo sobre o uso dos dados.
- (D) Dispensa de transparência quando o controlador for estatal.
- (E) Publicidade ampla dos dados sensíveis dos titulares.

Noções de Direito e Legislação**Sérgio Gaúcho****54**

De acordo com a Resolução n. 89/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do MPU e dos Ministérios Públicos dos Estados, assinale a alternativa correta:

- (A) O Ministério Pùblico pode exigir do solicitante a indicação dos motivos determinantes do pedido de acesso à informação, para assegurar a adequação do atendimento.
- (B) As sessões dos órgãos colegiados da Administração Superior do Ministério Pùblico são sigilosas, salvo nos casos expressamente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça.
- (C) O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) deverá funcionar exclusivamente por meio físico, sendo vedado o atendimento eletrônico.
- (D) O uso indevido de informações obtidas com base na Lei de Acesso sujeita o responsável às consequências legais, inclusive sanções disciplinares, quando for o caso.
- (E) As informações pessoais relativas à intimidade só poderão ser acessadas por terceiros quando houver interesse público manifesto, independentemente de autorização judicial ou do titular.

55

Com base no Provimento n. 11/2016, que institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Pùblico do Estado do Rio Grande do Sul (MEDIAR-MPRS), assinale a alternativa correta:

- (A) O MEDIAR-MPRS possui atuação exclusiva na Capital do Estado.
- (B) O Corpo Permanente de Mediadores é composto exclusivamente por servidores efetivos com formação em mediação, sendo vedada a participação de membros do Ministério Pùblico.
- (C) O Colégio de Membros do MEDIAR-MPRS é responsável por deliberar sobre a criação de Núcleos de Autocomposição nas Promotorias e Procuradorias de Justiça.
- (D) Os pedidos de auxílio ao MEDIAR-MPRS somente poderão ser realizados por membros do Ministério Pùblico com atribuição no caso concreto.
- (E) As ações do MEDIAR-MPRS se restringem à mediação, sendo vedada sua atuação em práticas restaurativas ou convenções processuais.

56

De acordo com a Resolução n. 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público:

- (A) A política nacional é voltada exclusivamente à atuação judicial do Ministério Público, sendo vedado seu uso em atividades extrajudiciais.
- (B) As convenções processuais são admitidas apenas na fase judicial, sendo vedada sua celebração durante a fase investigatória.
- (C) As práticas restaurativas visam exclusivamente à aplicação de penas alternativas no âmbito penal, sem alcance em outras esferas.
- (D) O Ministério Público é autorizado a atuar como parte exclusivamente nos processos em que não haja possibilidade de composição.
- (E) A mediação pode ser utilizada tanto em conflitos ainda não judicializados quanto em processos já judicializados.

57

Com base na Resolução n. 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- (A) A mediação conduzida por membros do Ministério Público exige, obrigatoriamente, homologação judicial para produzir qualquer efeito jurídico.
- (B) O Ministério Público deve capacitar seus membros e servidores em práticas autocompositivas, podendo firmar parcerias com instituições especializadas para essa finalidade.
- (C) A confidencialidade nas mediações é obrigatória em todos os casos, sendo vedada qualquer exceção à regra do sigilo.
- (D) Os Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição devem ser compostos exclusivamente por membros da carreira em atuação na área penal.
- (E) É vedada a utilização de convenções processuais como instrumento de resolução de conflitos em sede de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Noções de Direito e Legislação

Washington Almeida

58

A Resolução CNMP n. 276/2023 institui a Política Nacional do Ministério Público Digital (MPDigital), voltada à transformação digital do MP. Um dos seus fundamentos é a valorização da inovação como ferramenta para promover um serviço mais ágil e eficiente à sociedade. Qual dos princípios abaixo está alinhado à Política Nacional do Ministério Público Digital?

- (A) Redução da transparência em nome da eficiência.
- (B) Digitalização sem a participação dos membros e servidores.
- (C) Inovação e cultura digital como diretrizes institucionais permanentes.
- (D) Descentralização total da infraestrutura tecnológica.
- (E) Exclusão digital como estratégia de contenção de custos.

59

A Política Nacional do Ministério Público Digital estabelece diretrizes para promover um MP mais conectado e acessível ao cidadão.

Com base na Resolução CNMP n. 276/2023, qual medida está entre os compromissos do MPDigital?

- (A) Restrição de acesso digital para cidadãos com baixa escolaridade.
- (B) Foco exclusivo na automação de processos internos, sem impacto externo.
- (C) Adoção de ferramentas de acessibilidade e fomento à inclusão digital.
- (D) Substituição integral do atendimento presencial, mesmo em áreas remotas.
- (E) Priorizar apenas o usuário interno no desenvolvimento de sistemas.

60

Um dos eixos da Política Nacional do Ministério Público Digital, segundo a Resolução CNMP n. 276/2023, é a governança digital, que busca organizar o uso da tecnologia de forma estratégica e segura no MP.

Nesse contexto, é correto afirmar que a governança digital prevista na resolução busca:

- (A) Reduzir o uso de tecnologia para manter processos tradicionais.
- (B) Eliminar a interoperabilidade entre sistemas de diferentes órgãos.
- (C) Promover diretrizes unificadas para o uso eficiente e ético das tecnologias.
- (D) Garantir que cada unidade do MP crie suas próprias soluções isoladamente.
- (E) Abandonar o uso de dados e indicadores para gestão de processos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2º SIMULADO**

FOLHA DE RESPOSTAS

TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 2,8 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com pinguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:

📞 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora